

PROGRAMA DE DISCIPLINADisciplina: **Direito Processual Penal I**

Código: JUR 428

Curso: Direito

Semestre da oferta da disciplina: 5º

Créditos: 04

Carga Horária: 60

Horas-aulas: 72

1. EMENTA:

Introdução. História do processo penal. Princípios constitucionais do processo penal. Fontes do processo penal. Interpretação da lei processual penal. A lei processual no tempo e no espaço. A lei processual em relação às pessoas. Sistemas processuais. Da fase de investigação e do inquérito policial. Sujeitos Processuais. Ação penal. Jurisdição e competência. Atos Processuais.

2. OBJETIVOS:

Proporcionar conhecimentos sobre o processo penal como mecanismo de garantia de direitos fundamentais e tecnologia punitiva.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

I – INTRODUÇÃO.

II – HISTÓRIA DO PROCESSUAL PENAL

III – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO PENAL

IV – FONTES DO PROCESSO PENAL.

VI – INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

VII – A LEI PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO

VIII – A LEI PROCESSUAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS

IX – SISTEMAS PROCESSUAIS

X – A PERSECUÇÃO PENAL COMO MECANISMO DA TECNOLOGIA PUNITIVA DIVIDIDA EM FASES: PRIMEIRA FASE DO PROCESSO PENAL (DA FASE DE INVESTIGAÇÃO E DO INQUÉRITO POLICIAL); SEGUNDA FASE (FASE INTERMEDIÁRIA); TERCEIRA FASE (FASE DE JULGAMENTO); FASES EVENTUAIS (FASE CAUTELAR; FASE RECURSAL; FASE DE EXECUÇÃO PENAL)

XI – SUJEITOS PROCESUAIS: MINISTÉRIO PÚBLICO; JUIZ; IMPUTADO; VÍTIMA.

XII – DA AÇÃO PENAL – CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO PENAL SEGUNDO O CRITÉRIO DA TITULARIDADE: AÇÃO PENAL PÚBLICA (INCONDICIONADA E CONDICIONADA); AÇÃO PENAL PRIVADA (PERSONALÍSSIMA E SUBSIDIÁRIA DA AÇÃO PENAL PÚBLICA). A AÇÃO PENAL PÚBLICA COMO PROVIMENTO ACUSATÓRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

XIII – DA JURISDIÇÃO E DA COMPETÊNCIA

XIV – DOS ATOS PROCESSUAIS

4. AVALIAÇÃO

A avaliação poderá ocorrer por meio de debates, trabalhos individuais e em grupos, exposição de painéis, relatórios e pareceres pessoais, a critério do professor.

Além desses trabalhos o aluno será avaliado através de prova que poderá ser escrita, oral ou através de seminários.

Serão três (3) avaliações por semestre:

1ª avaliação – obrigatória, na forma escrita e objetiva com valor de 10 (dez) pontos, devendo o acadêmico alcançar média igual ou superior a 6,0 (seis).

2ª avaliação – obrigatória, na forma escrita com valor de 10 (dez) pontos, devendo o acadêmico alcançar média igual ou superior a 6,0 (seis).

3ª avaliação – obrigatória e na forma escrita (trabalho escrito com valor de 5,0 pontos + apresentação de seminário com valor de 5,0 pontos = totalizando 10 (dez) pontos, devendo o acadêmico alcançar média igual ou superior a 6,0 (seis).

O resultado de cada avaliação será determinado através da somatória das atividades desenvolvidas em sala de aula, na pesquisa, na montagem dos trabalhos e sua apresentação e provas escritas e formais.

5. REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BRASIL. *Código de processo penal e Constituição Federal*, Ed. Saraiva, 2015.

SILVÉRIO JÚNIOR, João Porto. *Processo Penal Fraterno: O dever de fundamentar o provimento acusatório pelo Ministério Público no sistema processual penal brasileiro*, Ed. Juruá, 2014.

LOPES JÚNIOR, Aury. *Direito Processual Penal*, Saraiva, 2015.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Processo Penal*, Ed. Atlas, 2015.

RANGEL, Paulo C. *Direito Processual Penal*. Lúmen Júris, 2015.

6. REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

SILVÉRIO Jr., João Porto. *Opinio delicti*, Editora Juruá, 2004.

RESTA, Eligio. *O Direito Fraterno*. Tradução de Sandra Regina Martini Vial. Editora EDUNISC, 2004.

BARROS, Flaviane de Magalhães. *A participação da Vítima no Processo Penal*. Editora Lumen Juris, 2008.

ROSA, Alexandre Moraes da. *Guia Compacto do Processo Penal conforme a Teoria dos Jogos*. Editora Lumen Juris, 2013.



LEAL, Rosemiro Pereira. *Teoria Geral do Processo – Primeiros Estudos*. Editora Forense.

CINTRA, GRINOVER e DINAMARCO. *Teoria Geral do Processo*. Editora Malheiros.

GRINOVER, FENNADES e GOMES FILHO. *As Nulidades no Processo Penal*. Editora Revista dos Tribunais.

BÜLOW, Oskar. *Teoria das Exceções e dos Pressupostos Processuais*. Tradução de Ricardo Rodrigues Gama. LZN Editora, 2005.

OLIVEIRA E SILVA, Emílio de. *Identificação Genética para fins criminais*. Editora Del Rey, 2014.

LEAL, Andre Cordeiro. *Instrumentalidade do Processo em Crise*. Editora Mandamentos, 2008